



# Anais da Assembléia

Nº 126

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 02 DE OUTUBRO DE 1991

ANO XVII

Ato da Presidência:

RESOLUÇÃO Nº 034/91

DATA 02.10.91

SÚMULA: Altera o artigo 1º da Resolução nº 068/90 de 25.09.90

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º Fica alterada, onde houver, a denominação Jardim Paulista para Timbu, no art. 1º da Resolução nº 068/90 de 25.09.90.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

1ª. SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 02 DE OUTUBRO DE 1991

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zarusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cesar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, José Alves, João Preis, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Rossoni, Severino Félix e Toti Colago (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dirceu Manfredino, Dobrandino da Silva, Ernani Pudell, Tadeu Lúcio Machado, José Artur Ritti, Nilton César e Renato Adur (07). Achando-se em licença o Senhor Deputado José Afonso Júnior (1).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO

Sob o nº 2291/91-S., do Senhor Vicente Palhares Filho, Gabinete da Superintendência da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, em resposta a Pedido de Informações de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, sobre "MERENDA ESCOLAR". Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2584

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187. § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final, para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 02.10.91

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 2580

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja constituída uma Comissão de Deputados indicados pela Lideranças Partidárias para, em conjunto com a Bancada Federal Paranaense, gerenciarem junto às Lideranças no Congresso Nacional, no sentido de agilizar entendimentos para alterar a Proposta Orçamentária para o exercício de 1992, quanto aos critérios sobre a distribuição de recursos para o Estado do Paraná que na proposta do Governo Federal ficou em último lugar entre os Estados.

Sala das Sessões, em 02.10.91

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA.

A atuação conjunta e em especial da Bancada Federal Paranaense, junto às Lideranças no Congresso Nacional, como instrumento de apoio às reivindicações paranaenses na apresentação e tramitação de Emendas à Proposta Orçamentária da União, temos certeza, resultará em incontestável avanço para nossas aspirações.

**REQUERIMENTO N° 2586**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, de acordo com o artigo 82 do Regimento Interno deste Poder, seja destinado o horário do Pequeno Expediente ao Ato Solene de lançamento do "Selo Comemorativo aos 100 anos da 1ª Constituição Política Brasileira", dia 07 de outubro de 1991 às 14h30min.

Sala das Sessões, em 02.10.91

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

**REQUERIMENTO N° 2581**

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual do Paraná, pede à egrégia Assembléia que faça constar dos seus Anais, moção de apreço e congratulações à Escola de Ensino Especial Primavera, da Cidade de Curitiba, pelo transcurso dos vinte anos de atividades voltadas às crianças excepcionais, com incontáveis renúncias e sacrifícios de seu corpo de diretores e professores em favor da solidariedade e da promoção humana.

Alunos, pais, funcionários, técnicos e diretores confraternizaram pelo evento, às 19:30 horas do dia 30 de setembro na Igreja dos Sagrados Corações, do Hugo Lange, em culto ecumênico gratulatório.

Sala das Sessões, em 02.10.91

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

**JUSTIFICATIVA:**

A ação das escolas de ensino especial merece destaque e atenção da comunidade, pelo trabalho de promoção humana que supre deficiência do ensino público.

Dado no Palácio XIX de Dezembro, a 30 de setembro de 1991.

**REQUERIMENTO N° 2590-A**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos à GAZETA DO POVO e a TV PARANAENSE CANAL 12, na pessoa de seu Diretor Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, pela cobertura eminente paranista que vem conduzindo às reivindicações do Paraná, quanto à Proposta Orçamentária da União, para o exercício de 1992, onde o nosso Estado foi marginalizado na distribuição de verbas.

Curitiba, quarta, em 02.10.91

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado conhecimento ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho.

Sala das Sessões, em 02.10.91

(a) ANTONIO ANNIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Há tempo para mudanças na Proposta Orçamentária da União para o exercício de 1992, para isso, propusemos hoje à Mesa da Assembléia Legislativa a constituição de uma Comissão de Deputados das diversas bancadas com assento nesta Casa, para somar esforços com a Bancada Federal e todos os segmentos da sociedade paranaense e especialmente com a Gazeta do Povo e TV Paranaense Canal 12 que abriram espaço na condução dos trabalhos eminentemente paranista, unindo esforços, concentrando energias como instrumento de apoio na apresentação e tramitação de Emendas que serão apresentadas pela representação paranaense.

**REQUERIMENTO N° 2571**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o encaminhamento de apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná - Dr. Roberto Requião, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública - Dr. José Moacir Favetti, objetivando, em caráter de urgência, a destinação de uma viatura policial equipada para a Delegacia de Polícia do Município de Bom Sucesso.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos Vereadores José Batista de Carvalho e Ricardo Marconi Hernandez - Câmara Municipal de Bom Sucesso.

Sala das Sessões, em 02.10.91

(a) JOÃO PREIS

**JUSTIFICATIVA:**

É competência da Secretaria de Segurança Pública a promoção das medidas necessárias à manutenção da ordem e da segurança pública e a defesa das garantias individuais e da propriedade pública e particular, mediante campanhas educacionais e de orientação à Comunidade, de fins preventivos, ou pelo uso ostensivo de pessoal e EQUIPAMENTOS ESPECIALIZADOS, no sentido do respeito e do bem servir ao público.

A administração municipal de Bom Sucesso, dentre outras metas prioritárias, sempre se preocupou com as condições de segurança pública oferecidas à população.

As dificuldades são tantas, que os Vereadores José Batista de Carvalho e Ricardo Marconi Hernandez, numa atitude louvável de responsabilidade com o seu Município e com a população local, após inúmeras tentativas aos órgãos responsáveis, frustrados por não terem obtido sucesso, hou-

veram por bem ocorrer a este Parlamentar na esperança de veram acolhida a sua reivindicação.

É de suma importância que, no menor prazo possível, seja dado atendimento por parte das Autoridades, ao presente pedido, que visa proporcionar a melhoria da prestação dos serviços policiais em Bom Sucesso.

"SEGURANÇA PARA TODOS" faz parte integrante do PROGRAMA DO GOVERNO ROBERTO REQUIÃO e do P.M.D.B.

#### REQUERIMENTO N° 2582

SÚMULA: Requerimento de envio de moção ao Presidente da República, ao Ministro da Infra-Estrutura, ao Governador do Paraná, ao Secretário de Estado dos Transportes, ao Governador de São Paulo, ao Secretário paulista dos Transportes e ao Senador José Eduardo de Andrade Vieira, pedindo a MANUTENÇÃO DO RAMAL FERROVIÁRIO entre Itapeva-Itararé, Itararé-Jaguariaíva.

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual do PDT, que este subscreve, tendo recebido moção das Câmaras Municipais de Itararé-SP e de Jaguariaíva-PR, pede à egrégia Assembléia que se manifeste a favor da manutenção do ramal ferroviário entre Itapeva-Itararé e Jaguariaíva, onde se vão retirando trilhos e dormentes, desativando uma ferrovia histórica, de importância econômica indubitável.

Sala das Sessões, em 02.10.91

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

#### JUSTIFICATIVA:

Não podemos permitir que se esfale o parque ferroviário nacional, sob pena de, a pretexto de buscarmos a modernidade (sic), destruímos numa operação de literal "desmonte" toda a contribuição de diversas gerações de brasileiros.

A argumentação inteligente e patriótica da moção aprovada pelo vereador Antonio Barsotti, na Câmara Municipal paulista de Itararé, - que anexamos a este requerimento, pedindo transcrição nos Anais da Assembléia - reforça este pensamento.

A histórica Cidade de Itararé, onde - na revolução de 30 fixou-se o episódio da "batalha que não houve" - a 3 Km da divisa com o Paraná, serviu-se por muitos anos do tronco ferroviário sul do Brasil, ligando-se a Jaguariaíva, e dali a Ponta Grossa e a Curitiba.

A manutenção do ramal ferroviário, da estrada de ferro Sorocabana acoplada a Paraná-Santa Catarina, pelo menos na sua infra-estrutura, pode significar conservação de patrimônio público, para aproveitamento

futuro, em tempos menos sombrios do nosso País.

A região passa por revitalização, podendo necessitar brevemente do ramal ferroviário como auxiliar da malha rodoviária - que não é das mais satisfatórias.

Vale lembrar que se desativa uma ferrovia - de forma criminosa a antipatriótica - numa das maiores áreas de reflorestamento do Brasil, que serve às fábricas de papel Klabin, em Telêmaco Borba; Iguazu, em Piraí do Sul; Pisa, em Jaguariaíva; Cia. de Papel e Celulose, em Sengés; e poderá servir à Inpapel, a ser inaugurada em Arapoti.

A mesma região de prósperas e numerosas cooperativas e madeireiras, onde não faltam as reservas de calcário, tão importante para a fertilização dos solos do Paraná - sobretudo mais ao sul, também às margens da finada ferrovia, na região tida como "corredor da fome", depois de Ponta Grossa, passando por Irati, Mallet, até União da Vitória.

Assim justifica-se a manifestação da Assembléia do Paraná, quando muito, pelo valor histórico do ramal, sem que se descuide de sua importância estratégica para a economia, e para a própria geo-política nacional.

#### "CÂMARA MUNICIPAL DE ITARARÉ

Senhor Presidente.

Amparado nas disposições do art. 171 de nosso Regimento Interno, requeremos a Vossa Excelência o encaminhamento da presente

#### MOÇÃO DE PROTESTO: "S.O.S. FERROVIAS"

Protestamos ao Excelentíssimo Senhor RAFAEL GRECA DE MACEDO, Digníssimo Deputado Estadual, no sentido de tomar as providências necessárias, que abaixo iremos apontar.

Nos grandes países desenvolvidos do mundo, e nos que objetivam um lugar de destaque entre as demais Nações, nota-se que a ferrovia - muito usada para o transporte de passageiros e cargas - é dada uma atenção especial. Para que as ferrovias tenham o sucesso que alcançaram e que atinjam os objetivos propostos, as grandes empresas férreas investem quantias vultuosas, amparadas por uma administração competente, satisfazendo os interesses programados, tanto pela empresa, como para o povo, com um retorno de bem servi-lo, engrandecendo o transporte nacional.

Itararé, cidade localizada no Sudoeste do Estado de São Paulo, a três quilômetros do Rio Itararé, divisa com o Estado do Paraná, tendo como cidades vizinhas Itapeva, Riversul, Sengés, Jaguariaíva, Arapoti, etc., serviu-se por muitos anos do transporte férreo feito pelas Ferrovias Paulista S.A. (antiga Estrada de Ferro

Sorocabana) e Ferrovia Federal S.A. (antiga Estrada de Ferro Paraná-Santa Catarina), conexão ferroviária entre os Estados do Sul, com os demais Estados da Federação.

Nós, moradores de Itararé, de longa data, desde a inauguração do trecho férreo até esta localidade e a respectiva estação ferroviária em 1º de abril de 1909, aprendemos com o passar dos anos - primeiro com os apitos da máquina a vapor, depois, com as buzinas das máquinas modernas a diesel - a valorizar a nossa estrada de ferro, por onde vimos passar os passageiros do Sul com destino a São Paulo; como também passar vagões e vagões carregados, tanto para os Estados do Sul, como destes para os demais Estados do Brasil. Tudo isso está bem na memória do povo itarareense, a Ferrovia servindo a Nação a caminhar e a transportar o progresso.

Com o passar dos anos, os trechos ferroviários Itapeva-Itararé (pertencente a FEPASA), e Itararé-Jaguariaíva (pertencente a RFFSA), foram sendo desativados e hoje, para tristeza nossa, chegou-nos a notícia que, em vários trechos estão retirando os dormentos e que, logo em seguida, vão retirar os trilhos. Tudo isso causa-nos uma tristeza revoltante, pois nunca chegou ao nosso conhecimento o resultado feito - se é que foi feito - sobre o potencial oferecido pela região a médio e longo prazo que poderia ser transportado pela Ferrovia. Sabe-se, no entanto, que o transporte pesado, por falta de Ferrovia, vem sendo feito por Rodovia, quando ambas deveriam transportar, sem desprezo desta ou daquela.

Realmente, o que se precisa fazer é um novo estudo sobre a realidade da região, sobre o seu novo potencial, para depois então, tomar atitudes que não venham contrariar os interesses dos brasileiros, os quais passamos a sugerir:

01 - inúmeras áreas de reflorestamento, a maior do Brasil e do mundo, oferecendo matéria prima para a fabricação de papel, com fábricas em Telêmaco Borba (Klabin), em Piraí do Sul (Iguagu), em Jaguariaíva (Pisa), em Sengés (Cia de Papel e Celulose), em Arapoti (Inpacel, a ser inaugurada);

02 - inúmeras madeiras em operação e outras se instalando em Itararé, Sengés, Jaguariaíva, fornecendo o mercado interno e externo, via Porto de Paranaguá;

03 - a grande produção de grãos, com diversas Cooperativas, visando o abastecimento interno e externo;

04 - a existência de minérios, com predominância de calcário, largamente utilizado na correção do solo para a agricultura;

05 - tendência da região para a rápida

industrialização;

06 - perspectiva da região de ser, em breve, um centro turístico.

Concluindo, o povo de Itararé, através de seus Vereadores, pede a Vossa Excelência, urgentes providências, para que não se retire os trilhos, ou melhor, que não se mexa no trecho férreo Itararé-Jaguariaíva, sem que estudos sejam feitos no sentido de reativá-lo. Não deixe que interesses mesquinhos, de pessoas de pouca visão ou de administradores acomodados, ineficientes, concorram para que nossa região perca aquilo que nos é tão valioso, a Estrada de Ferro. Construída com o suor de nossos antepassados, muitos deles até entregando a vida nesse trabalho de bem construir o progresso do Brasil. Edifício Salvador Rufino de Oliveira Netto, aos 05 de agosto de 1991.

(a) ANTONIO BARSOTTI  
Vereador"

#### REQUERIMENTO N° 2591

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso das atribuições que lhe são conferidas, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a aprovação de Moção de Apoio à greve dos servidores da Saúde, que buscam a melhoria de suas condições de trabalho e salariais.

Requerem também o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Saúde, solicitando a abertura de imediatas negociações, visando o atendimento das reivindicações apresentadas a bem do serviço público e da população paranaense.

Sala das Sessões, em 02.10.91.

(aa) ERNANI PUDELL  
DOUTOR ROSINHA  
OVIDIO CONSTANTINO

#### REQUERIMENTO N° 2578

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER sejam oficiados aos Excelentíssimos Senhores Presidente do Banco do Brasil, Lafaiete Coutinho; ao Superintendente do Banco do Brasil no Paraná, Cestílio Merlo; ao Presidente da Caixa Econômica Federal no Paraná, Joaquim Vagnoni Neto, no sentido de que, em razão da greve do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, não aconteçam demissões, ou, se já aconteceram, que sejam revistas e revertidas.

Sala das Sessões, em 02.10.91.

(a) PAULO MAIA

#### JUSTIFICATIVA:

As demissões no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, de que estão ameaçados os seus trabalhadores, é atitude anti-democrática e incoerente das direções

desses agentes financeiros.

Informações liberadas oficiosamente pela direção da Caixa Econômica Federal, dão conta de 30 demissões em Londrina, 30 em Curitiba e 50 em São Paulo.

Na verdade, as direções do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal são responsáveis pela deflagração do movimento grevista, em razão do arrocho salarial imposto aos trabalhadores e da intransigência em negociar as reivindicações apresentadas previamente.

A sociedade deve saber, portanto, que os incômodos sofridos, são de responsabilidade dessas direções e não dos trabalhadores, como se quer mostrar através da mídia. Os trabalhadores apenas buscam um salário mais digno, que lhes assegure a sobrevivência, e o fazem através do meio de pressão constitucionalmente previsto, mas que, mesmo os poderes instituídos fazem questão de desconhecer e conspurcar.

A própria sentença normativa do TST não repõe as perdas salariais verificadas desde setembro do ano passado e atende, tão somente, aos interesses patronais. O apego das direções do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal à decisão da Justiça do Trabalho, como justificativa das demissões por "justa causa", com que são ameaçados os trabalhadores, não esconde nem explica as injustiças e o desrespeito aos trabalhadores e aos serviços públicos que estes prestam; também não encobre a verdade de que os responsáveis por esta situação são as direções dos agentes financeiros estatais.

Demissão nenhuma é justa; demissão nenhuma deve acontecer em razão da greve do Banco do Brasil e da Caixa, e, caso alguma aconteça, que seja revista e revertida, para a restauração da justiça e da democracia.

#### REQUERIMENTO N° 2579

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER sejam oficiados os Excelentíssimos Senhores Secretário Nacional das Comunicações, Joel Marciano Rauber, o Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, José Carlos Rocha Lima, e o Diretor Regional da EBCT para o Paraná, José Roberto de Santana Moraes, no sentido de se atender com serviço de carteiros e instalação de posto dos correios a região dos bairros Jardim Boa Vista I, II, III e IV e Cecília, no Município de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 02.10.91.

(a) PAULO MAIA

#### JUSTIFICATIVA:

Na região dos bairros Jardim Boa Vista I, II, III e IV, e Cecília, no município

de Almirante Tamandaré, vivem cerca de 7 mil famílias. Os serviços postais para toda essa população, porém, não satisfazem. Segundo depoimentos de um morador da região, Francisco Raymundo da Paixão, há necessidade de deslocamento de mais de 8 (oito) quilômetros para se chegar ao Posto de Correios mais próximo, na localidade de Campo Magro. Em face disto, é urgente que a Empresa de Correios e Telégrafos atenda a solicitação do representante da comunidade que ora encaminhamos. Caso contrário, não se justifica o que se propala pela TV, que em 24 (vinte e quatro) horas a correspondência chega a qualquer parte do país.

#### REQUERIMENTO N° 2570

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER seja enviado expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR Paulo Roberto Cordeiro, solicitando que seja instalado Telefones Públicos Comunitários (recebe chamadas) na Fazenda Rio Grande. E também que seja aumentado o tempo de uso de uma ficha telefônica.

Sala das Sessões, em 02.10.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### JUSTIFICATIVA:

A TELEPAR, conforme os relatórios é uma das empresas que mais lucro obteve no Paraná.

A comunidade da Fazenda Rio Grande é uma das mais pobres do Paraná.

O telefone não é luxo, é necessidade e tem grande valor social. A TELEPAR tem como um dos seus princípios o atendimento social.

Nesse sentido é que solicitamos que sejam instalados telefones em todos aglomerados humanos que hoje formam a Fazenda Rio Grande e, que o tempo que uma ficha permite falar seja aumentado.

#### REQUERIMENTO N° 2575

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de atribuições conferidas pelo Regimento Interno, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Heitor Wallace de Mello e Silva, digno Presidente do Conglomerado BANESTADO, solicitando a instalação de um Posto de Serviço em BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU.

Sala das Sessões, em 02.10.91.

(a) JOÃO ARRUDA

#### JUSTIFICATIVA:

Democrática e soberanamente a população do Distrito de Boa Esperança decidiu por sua elevação à categoria de Município em recente decisão de plebiscito autorizada pela Assembleia Legislativa e realizado pela douta Justiça Eleitoral. Com a eleição e posse dos vereadores, prefeito e vi-



ce-prefeito, no ano vindouro, Boa Esperança do Iguazu será definitivamente município, desmembrando-se de Dois Vizinhos. Será um prêmio a população pujante, generosa e trabalhadora que irá decidir os seus próprios caminhos.

Entretanto, neste momento, o Governo do Paraná deve dizer presente aos cidadãos deste novo município. E a implantação de um Posto de Serviço do Banco do Estado do Paraná na localidade, além de urgente, trata-se de um benefício importante reivindicado pela população.

Confiando na aprovação deste Requerimento, pois conhecemos o alto espírito público dos demais Pares, apelamos ao Presidente do BANESTADO empenho na medida, que vem de encontro com a política do Banco e com as aspirações da comunidade, além de ser de inteira justiça.

#### REQUERIMENTO N° 2576

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, fazendo uso de atribuições conferidas pelo Regimento Interno, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Heitor Wallace de Mello e Silva, solicitando a instalação de um Posto de Serviço do Banco do Estado do Paraná em Bom Sucesso do Sul.

Sala das Sessões, em 02.10.91

(a) JOÃO ARRUDA.

#### JUSTIFICATIVA:

Bom Sucesso do Sul decidiu no último domingo pela emancipação político e administrativa de Pato Branco, através da maioria absoluta que votou "SIM" no plebiscito aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Ano vindouro, com a posse do prefeito, vice-prefeito e vereadores será instalado definitivamente mais este município paranaense.

Nada mais justo, pois, que o BANESTADO, o "Banco do povo do Paraná", caminhe junto com a população desta localidade, neste momento de alegria, porém e antes de mais nada, de muito trabalho para Bom Sucesso do Sul.

Unidos, povo e governo, darão os primeiros passos em busca de um município forte, que será, por certo, orgulho deste Estado. E a direção do BANESTADO, acolhendo o presente requerimento, estará dando uma contribuição inestimável a esta localidade, seguindo seu caminho de ajudar o Paraná.

#### REQUERIMENTO N° 2577

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Se-

nhor Heitor Wallace de Mello e Silva, digno Diretor Presidente do conglomerado BANESTADO, solicitando a instalação de um Posto de Serviço do Banco do Estado do Paraná em Cruzeiro do Iguazu.

Sala das Sessões, em 02.10.91

(a) JOÃO ARRUDA.

#### JUSTIFICATIVA:

O progressista Município de Cruzeiro do Iguazu decidiu pela sua emancipação política e administrativa de Dois Vizinhos em recente consulta plebiscitária. Agora a instalação de um Posto de Serviço do BANESTADO na localidade, além de ser um benefício, trata-se de uma questão de justiça. Não apenas Cruzeiro do Iguazu ganhará com a medida, mas também o Banco do Estado, pois estará plantando uma semente num futuro município pujante, que tem nos seus habitantes, honrados e dignos, trabalhadores e confiantes um patrimônio invejável, que deve merecer um crédito de confiança do "Banco do povo do Paraná".

Confiamos na aprovação deste requerimento, por parte da Assembleia Legislativa, e rogamos pela implantação da medida solicitada ao digno Presidente do referido conglomerado.

#### REQUERIMENTO N° 2587

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Coronel Miguel Arcanjo Capriotti, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, solicitando policiamento do Batalhão de Trânsito para atendimento diário, na organização e segurança de trânsito junto aos alunos do Colégio "Lins de Vasconcelos", sito à rua Nilo Peçanha, n° 1553, Bairro do Bom Retiro, nesta Capital, nos horários de entrada e saída, às 7:30, 14:30 e 13:00, 17:20 horas.

Sala das Sessões, em 02.10.91

(a) CEZAR SILVESTRI.

#### JUSTIFICATIVA:

O Colégio "Lins de Vasconcelos", situado no bairro do Bom Retiro, nesta Capital, é um tradicional estabelecimento de ensino que há muitos anos vem dando exemplar atendimento à educação de forma geral, desde o maternal, o pré-escolar, jardim de infância, 1° e 2° graus e magistério.

O seu corpo discente é significativo, contando atualmente com mais de 1200 alunos matriculados em seus diversos cursos, os quais necessitam com urgência de um atendimento do Batalhão de Trânsito da Polícia Militar do Estado, para os horários de entrada e saída, nos períodos da manhã e à tarde.

Vale aqui salientar, que o Colégio localiza-se em uma rua de intenso movimento de tráfego, com várias linhas de ônibus que transitam nos dois sentidos, trazendo perigo e apreensão aos alunos e seus pais, não sendo raro ocorrem acidentes naquela via, com alunos da escola, não obstante as lombadas colocadas nas proximidades.

Assim, é justa a reivindicação da Direção Geral daquele estabelecimento, através da Prof.<sup>a</sup> Maria Thereza de Meira Albach, que em várias oportunidades e por diversos meios vem tentando, sem sucesso, que as autoridades se dignem a destinar um policiamento diário, nos horários mencionados, para a organização e segurança do trânsito junto aos alunos daquele Colégio, prevenindo e diminuindo acidentes, bem como dando mais tranquilidade aos alunos e conseqüentemente aos seus pais.

## REQUERIMENTO N° 2588

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando a reconstrução da ponte da estrada do Jordão, ligando a região do Taguá à sede do Município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 02.10.91

(a) CEZAR SILVESTRI.

## JUSTIFICATIVA:

A reconstrução da ponte antiga da estrada do Jordão é justa reivindicação dos agricultores da região do Taguá, município de Guarapuava.

Some-se ainda, requerimento aprovado pela Câmara de Vereadores daquele Município, de autoria do nobre Vereador Edgar Nunes de Oliveira, que argumenta a diminuição do percurso em aproximadamente 40 Km, após a construção do terminal agrícola da Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda, trazendo enorme economia aos agricultores daquela região, grande produtora de grãos.

## REQUERIMENTO N° 2589

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica ou com pedras irregulares, no trecho que liga o Distrito de Segredo à localidade de Serra do Iguaçu, no Município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 02.10.91.

(a) CEZAR SILVESTRI

## JUSTIFICATIVA:

A pavimentação asfáltica ou com pedras irregulares, nos trechos que ligam o Dis-

trito de Segredo à localidade de Serra do Iguaçu é uma antiga reivindicação das lideranças comunitárias, reforçada através de requerimento do nobre Vereador Manoel Andrade Barroso, na expectativa de que o Poder Público Estadual, possa lhes oferecer melhores condições de trafegabilidade, pois trata-se de rodovia de tráfego intenso que atende região importantíssima de grande produção agrícola e que não possui outro meio de escoamento de seus produtos.

Saliente-se também, a dificuldade que encontram os usuários dessa rodovia, especialmente nas épocas chuvosas, quando torna-se impossível o trânsito de veículos. Daí, nossa solicitação, que irá em muito beneficiar àquela população ordeira e laboriosa que tantas divisas tem trazido ao nosso Estado, através de sua produção.

## REQUERIMENTO N° 2590

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica ou com pedras irregulares, no trecho que liga o Distrito de Segredo à localidade de Águas de São Francisco, no Município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 02.10.91

(a) CEZAR SILVESTRI.

## JUSTIFICATIVA:

A pavimentação asfáltica ou com pedras irregulares, nos trechos que ligam o Distrito de Segredo à localidade de Águas de São Francisco, é uma antiga reivindicação das lideranças comunitárias, reforçada através de requerimento do nobre Vereador Manoel Andrade Barroso, na expectativa de que o Poder Público Estadual, possa lhes oferecer melhores condições de trafegabilidade, pois trata-se de rodovia de tráfego intenso que atende região importantíssima de grande produção agrícola e que não possui outro meio de escoamento de seus produtos.

Saliente-se também, a dificuldade que encontram os usuários dessa rodovia, especialmente nas épocas chuvosas, quando torna-se impossível o trânsito de veículos. Daí, nossa solicitação, que irá em muito beneficiar àquela população ordeira e laboriosa que tantas divisas tem trazido ao nosso Estado, através de sua produção.

## REQUERIMENTO N° 2592

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o nobre Plenário, estudo no sentido de implantar "Delegacia de Crime 'Contra a Economia Popular - DELCON' em Ponta Grossa.

Requer outrossim, da decisão seja dado ciência aos Excelentíssimos Senhores: Pedro Wosgrau Filho, DD. Prefeito Municipal e Odivaldo Alves, DD. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

Sala das Sessões, em 02.10.91.

(a) DALTON MACHUCA

#### JUSTIFICATIVA:

Ponta Grossa representa hoje um polo central da Região dos Campos Gerais, abrangendo em torno de si 10 Municípios com uma população estimada em 500 mil habitantes.

Trata-se de uma região de grande potencial na esfera comercial e industrial, devendo por isso, ser contemplada com órgão eficaz de proteção aos direitos do consumidor.

Considerando ainda, que a função principal da DELCON é o de polícia judiciária, cabendo a ela instrumentalizar os processos relativos a desajustes na relação de consumo, encaminhando ao judiciário para as medidas legais.

#### REQUERIMENTO N° 2593

SÚMULA: Requer encaminhamento de pedido de informações junto ao Conselho Estadual de Educação, necessárias à complementação do Projeto de Lei 401/91, que introduz a disciplina Educação Ambiental, como obrigatória no currículo no 1° Grau de ensino no Estado do Paraná.

Senhor Presidente.

A Comissão de Constituição e Justiça, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei n° 401/91, ao final subscritos requer, na forma prevista pelo Art. 28, inciso XIII combinado com o Art. 131, ambos da Resolução n° 159/90, que independente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar ao Conselho Estadual de Educação, para que o mesmo proceda a apreciação e manifeste seu parecer acerca dos aspectos da matéria.

Sala das Sessões, em 02.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

ALCEU SWAROWSKI

#### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI N° 442/91

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

1° - Fica declarado de Utilidade Pública o CLUBE CULTURAL E RECREATIVO TEUTO BRASILEIRO DE MARINGÁ, com sede e foro na Cidade de Maringá.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.10.91.

(a) JOAO PREIS

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública está devidamente registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Maringá, protocolado e microfilmado sob o n° 2373 de 7 de agosto de 1989, e tem por finalidade primordial, promover o intercâmbio teuto-brasileiro e a divulgação dos costumes, da história, das tradições e da cultura da gente alemã, conforme a documentação que anexamos ao presente plano de lei, cumprindo desta forma o que dispõe a legislação pertinente a matéria.

Assim sendo, levamos à consideração dos nobres Pares a medida aqui proposta, esperando o devido apoio e posterior aprovação.

#### PROJETO DE LEI N° 443/91

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a FEDERAÇÃO DAS CONGREGAÇÕES MARIANAS DA DIOCESE DE TOLEDO-Pr.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.10.91.

(a) ALBINO CORAZZA

#### JUSTIFICATIVA:

Esta proposição é apresentada com base na Lei n° 6994, tendo em vista que a Federação das Congregações Marianas da Diocese de Toledo - FECOMTO - é cumpridora de todas as exigências estabelecidas no artigo 1° desta Lei.

A Federação das Congregações Marianas da Diocese de Toledo foi fundada em 10 de agosto de 1976, é registrada no Ministério da Fazenda sob o CGC 80402480/0001-56 e declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal n° 827/88, do Município de Assis Chateaubriand, sede da entidade pertencente à Diocese de Toledo.

Obedecendo os preceitos estatutários próprios a Federação tem fins caritativos, culturais, religiosos, educacionais e sociais, e sua diretoria, devidamente constituída, não percebe qualquer forma de remuneração servindo desinteressadamente a comunidade e mantendo as atividades da entidade ininterruptamente.

#### PROJETO DE LEI N° 444/91

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS



DOS BAIRROS: JARDIM PAULISTA, NOVA PAULISTA, DOM BOSCO e SAN REMO, com sede e foro no Município de Sarandi.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.10.91.

(a) JOAO PREIS

#### JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DOS BAIRROS: JARDIM PAULISTA, NOVO PAULISTA, DOM BOSCO e SAN REMO de Sarandi, foi fundada aos 7 dias do mês de agosto de 1987, como entidade civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, e preenche todos os requisitos exigidos pela Lei que regulamenta a matéria.

Entidade de caráter representativo, reivindicatório, beneficente, educativa, e visa a solução dos problemas dos bairros e contribuindo para a promoção da pessoa humana.

Por estes e outros motivos que são comprovados em documentos anexos, é que apresentamos o presente projeto de Lei à consideração dos Nobres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e finalmente sua aprovação.

#### PROJETO DE LEI Nº 445/91

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA CACHOEIRA DE ALMIRANTE TAMANDARÉ - PR, com sede no Município de Almirante Tamandaré - PR, e foro na Cidade de Curitiba - PR.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.10.91.

(a) RENATO ADUR

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública é uma sociedade civil de caráter assistencial, moral, cultural, sem fins lucrativos e que tem por finalidade, entre outras, atender todo o arco dos anseios comunitários.

Os motivos são mais do que suficientes para que a entidade alcance a declaração de utilidade pública que almeja pela aprovação deste Plano de Lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 446/91

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Conceda-se à viúva Senhora DILVA JULIANA CAVALHEIRO PINHEIRO e filhos do ex-policial ANTONIO CARLOS PINHEIRO, a

Pensão Especial assegurada pelo Artigo 184, da Lei Complementar nº 14/82, a partir da data de seu falecimento.

Art. 2º - Esta Lei produzirá seus efeitos a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.10.91.

(a) JOSÉ TAVARES

#### JUSTIFICATIVA:

O benefício que se pretende conceder através desta Proposição, além de ser justa e moral - pois é verdade, não devolverá à família o seu Esposo e Pai que morreu tentando preservar a comunidade da atuação de criminosos - é também legal, como pode-se depreender da Legislação adiante citada.

O Artigo 19, das Disposições Transitórias, da Carta Magna Federal, diz: "Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37, da Constituição, são considerados estáveis no serviço público."

Em seu Artigo 233, a Constituição do Estado do Paraná, preceitua: "Os servidores públicos civis estáveis, da Administração direta, autárquica e das fundações públicas e estaduais, serão regidos pelo Estatuto dos Funcionários Civis do Estado, a partir da promulgação desta Constituição."

O servidor ANTONIO CARLOS PINHEIRO, foi admitido pela Resolução nº 727, de 16.05.78, conforme Certidão anexa, contando, portanto, na data de seu falecimento com 12 (doze) anos, 4 (quatro) meses e 3 (três) dias de serviço, bem mais do que os 5 (cinco) anos exigidos pelo Artigo 19, acima citado, estando também amparado pelo Artigo 233, da Constituição Estadual que dispõe que o mesmo já estava sendo regido pelo Estatuto dos Funcionários Civis do Estado - por analogia Estatuto da Polícia Civil - desde a data da promulgação da Constituição, ou seja, 05 de outubro de 1989.

Esperamos contar com o apoio dos Nobres Colegas no sentido de aprovarmos a presente iniciativa, pois assim estaremos observando o juramento que fizeram de cumprir as Leis, pois o Artigo 12, I, da nossa Constituição afirma que "é competência do Estado, em comum com a União e os Municípios: I - zelar pela guarda da Constituição, das Leis e das instituições democráticas...".

Por outro lado, a mesma Carta Magna do Estado, em seu Artigo 34, dispõe que "São direitos dos servidores públicos, entre outros: XIV - redução dos riscos inerentes

ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança;" e, no item XIX, do mesmo Artigo, assegura "assistência e previdências sociais extensivas aos dependentes e ao cônjuge;".

Diante do exposto, reitero o apoio aos Nobres Pares e espero podermos contar com a Sanção do Excelentíssimo Senhor Governador para, através de ANTONIO CARLOS PINHEIRO, prestarmos uma homenagem a todos os policiais e suas famílias, a fim de deixarmos claro que as autoridades deste Estado reconhecem a grandeza de sua dedicação e de seu trabalho em prol de todos que habitam esta querida terra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do Expediente, passamos ao Pequeno Expediente.

Com a palavra, o primeiro orador inscrito, Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Desejo chamar a atenção de Vossas Excelências para o que está ocorrendo na administração do Banco do Estado do Paraná - esse grande patrimônio do povo paranaense - construído à custa do esforço e do trabalho de todos aqueles que têm ajudado a impulsionar o progresso do nosso Estado, e que no momento enfrenta grandes dificuldades em decorrência dos desvios da administração Roberto Requião. Desvios que, por certo, refletem o dualismo do Bem e do Mal que existiriam no governador do Estado, aliás muito bem explicitado pelo brilhante jornalista paranaense Luiz Geraldo Mazza na sua conceituada coluna no jornal "Folha de Londrina".

O Bem de Requião talvez cheguemos a conhecer no futuro. No presente o que estamos conhecendo é o seu lado Mal.

O Banco do Estado do Paraná publica nos jornais de hoje o balanço relativo ao primeiro semestre deste ano, no qual se constata um prejuízo de três bilhões, cento e oitenta e sete milhões de cruzeiros. Aí está, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, o resultado da loucura de Requião do "banco sem banqueiro": um prejuízo fantástico de 3 bilhões e 187 milhões de cruzeiros. Enquanto isso, enquanto o BANESTADO acumula prejuízos, o BAMERINDUS - o banco paranaense, dirigido por banqueiros, banqueiros que Requião hostiliza, teve no mesmo período um lucro de mais de sete bilhões de cruzeiros. Está na hora de Requião mandar seus familiares para casa e chamar os banqueiros do BAMERINDUS para recuperar o BANESTADO.

E não é só esse enorme prejuízo que o BANESTADO está sofrendo. Esse patrimônio dos paranaenses começa a ser corroído por uma série de irregularidades.

Vejam os Senhores Deputados o que lhes vou relatar, documentadamente:

Em 10 de julho deste ano, foi publicado no Diário Oficial do Estado o Regulamento Interno de Licitações do Banco, revisado em virtude de consulta feita pelo BANESTADO ao Ovidor Geral Olivir Gabardo.

No artigo 20 desse Regulamento fica estabelecido que nas comissões de licitação só podem tomar parte "empregados do quadro de carreira do BANESTADO".

No dia 26 de agosto passado, o Diretor de Serviços Administrativos, Francisco Molinari Gonçalves, nomeia duas comissões: uma para contratação de obras e serviços de engenharia e venda de bens móveis e imóveis. Outra para a contratação de serviços de terceiros e compras em geral.

Acompanhem Vossas Excelências o emaranhado que se montou nessa área do BANESTADO: nas duas comissões o presidente é Euclides Bueno Cavaleiro Filho, que não é funcionário do quadro de carreira do Banco - o que está em flagrante desacordo com o artigo 20 do Regulamento Interno de Licitações.

E tem mais: Euclides é funcionário contratado (sem concurso público - o que contraria a legislação dessa matéria) de uma das empresas do Banco - a BABS, BANESTADO - Administração de Bens e Serviços.

Assim sendo, todas as concorrências e licitações (e foram dezenas realizadas) no período de 26 de agosto a esta data, são nulas.

Todas as empresas que delas participaram podem recorrer imediatamente à Justiça, exigindo anulação, o que trará novos prejuízos ao BANESTADO.

E para completar a "administração familiar" de Requião, Euclides Bueno Cavaleiro Filho é primo do diretor da BABS, Antônio Richetta.

Não é esse tipo de moralidade administrativa que desejamos para o Banco que gere recursos do povo do Paraná e que por ser um Banco sem a competência de banqueiros está tendo prejuízos.

E por quê, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o primo do diretor Richetta foi contratado há apenas três meses? Só para presidir comissões de licitações? E como se explica que a licitação de serviços de limpeza tenha sido vencida por uma empresa de São Paulo em detrimento das empresas paranaenses?

Não restam dúvidas: as loucuras governamentais já chegaram ao BANESTADO. É pena. Coitado do Paraná!

Eu tenho aqui o Diário Oficial do dia 10 de julho de 1991, na sua página 39, ele traz em suas páginas o Regulamento Interno de Licitações.

Em virtude de consulta efetuada pelo

Banco à Ouvidoria Geral do Estado, o Conselho de Administração deliberou rever o Regulamento Interno de Licitações aprovada em 09.05.91, inserindo-lhe as sugestões formuladas, o qual fica em sua forma final aprovado como segue:

"Regulamento de Licitação para contratação de obras e serviços e para aquisição, alienação e locação de bens do Conglomerado BANESTADO".

No seu Artigo 20 que trata da Comissão de Licitação reza o seguinte:

"É da competência da Comissão de Licitação apreciar a qualificação dos participantes e julgar as propostas e será constituída por 01 Presidente e 02 membros, mais 03 membros suplentes, todos empregados do Quadro de Carreira do BANESTADO, que serão substituídos anualmente. A Comissão não poderá delegar poderes".

É claro o Regulamento Interno do BANESTADO, do final de julho deste ano.

Portanto é uma denúncia que faço e posteriormente encaminho a Comissão competente para que seja indagado do responsável as licitações que o BANESTADO promoveu de 26 de agosto para cá e sabermos o tamanho do rombo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente com a palavra o Deputado Toti Colação.

(Declina).

Horário das Lideranças.

PSDB, PMDB, PTB, PSB, PT, PL, PFL, PDT, PRN.

(Declinam).

Está encerrado o Horário das Lideranças.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado João Preis, constantes do expediente. Necessita de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Albino Corazza, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria

constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução nº 045/91, altera a redação do artigo 1º da Resolução nº 004/90, que autorizou a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do Município de Pinhais. Aprovado. (Public. no D.A. nº 103, de 26.08.91)

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 017/91, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL DO MOVIMENTO BÍBLICO, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 390/91, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE NEGRITUDE E AÇÃO POPULAR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 057/91, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito na área descrita, a fim de que a população decida sobre a criação do município de Rio Bonito do Iguazu, desmembrado do município de Laranjeiras do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) Sobre a mesa, requerimento de nº 2580, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apresentamos este Requerimento para que a nossa Assembléia Legislativa, através das Lideranças, constitua uma Comissão Temporária para o gravíssimo problema que temos convivido, principalmente nesta hora em que o Governo Federal, em seu orçamento discrimina o Paraná. Discutimos com o Governador Roberto Requião quando aqui estive na sala da Presidência, quando trouxe o Orçamento do Estado, e vimos com todos os Deputados que lá estavam e com todos que conversamos, que é um dos assuntos mais graves para o nosso Estado no presente momento. E esta Casa que traduz o anseio da população paranaense não pode se omitir neste caso. Não vamos confiar apenas no Governo do Estado ou na nossa Bancada Federal. Confiamos plenamente em ambos, porém esta Casa tem que mostrar serviço. Nós

temos o apoio da imprensa paranaense, os nossos Prefeitos, Vereadores, Deputados Estaduais e através dessa Comissão podemos tratar com os nossos Deputados Federais, que façamos uma reunião conjunta nesta Casa, e após esta Comissão, integrada por Parlamentares de todos os Partidos, possamos ir à Brasília acompanhar através de Deputados que tem conhecimento com outros Deputados com as nossas Bancadas de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, com o Deputado José Tavares, com Deputados Federais; e o Deputado José Tavares, especialmente, foi membro da Comissão de Orçamento, os Deputados que conhecem os meandros, porque sabemos das dificuldades em conseguir incluir a FERROESTE, incluir a estrada Garuva-Curitiba e tantos outros benefícios que o Paraná não pode pedir, tem que exigir, porque o nosso Estado participa da Federação como o Estado maior produtor de grãos do País e é um dos Estados que menos deve à Federação brasileira.

Então, Sr. Presidente, eu peço apoio a todos os senhores Deputados para que depois, indicado pelas Lideranças, possamos instalar imediatamente esta Comissão e passar a trabalhar, pedindo apoio da imprensa, dos empresários, da Associação Comercial, do Governo do Estado, enfim, das nossas autoridades que têm responsabilidade neste Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Em votação o Requerimento de autoria do Deputado Antonio Annibelli.

(Pausa).

Aprovado.

Requerimento de nº 2584, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2586, 2582, 2581, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2579, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2577, 2576, 2575, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2571, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2570, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2587, de autoria do

Senhor Deputado Cesar Silvestri, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2592, de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2588, 2589 e 2590, de autoria do Senhor Deputado Cesar Silvestri, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2578, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Não recebido pela Mesa.

Requerimento de nº 2590-A, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2593, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, constante do expediente. À Coordenadoria do expediente.

Requerimento de nº 2591, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Comunicamos que a Assembléia Legislativa receberá no dia de amanhã, quinta-feira, a visita de Sua Excelência o Senhor Carlos Chiarelli, Ministro Extraordinário para Assuntos de Integração Latino-Americana, às 17:30 horas, no Salão Nobre desta Assembléia, para a qual convidamos os Senhores Deputados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 173/91.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 198/91, 344/91 e do Projeto de Resolução nº 55/91.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Ata da Comissão de Orçamento, realizada em 30/08/1991.

Aos trinta dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e um, na sala de reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Orçamento, presidida pelo Deputado Nelson Justus, comparecendo os seguintes deputados: Heinz Georg Herwig, Albino Corazza Neto e Neivo Antonio Beraldin. Da pauta - deliberação sobre os pareceres do Senhor Neivo Beraldin, ao Projeto de Lei nº 362/91, o qual foi aprovado por decisão da maioria dos membros desta Comissão. Nada mais havendo a ser deliberado, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião agradecendo a presença de todos. Assim sendo, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo Senhor Presidente e demais deputados presentes à reunião e por mim Betina Treiger Grupenmacher, secretária da Comissão.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

BETINA TREIGER GRUPENMACHER

Secretária

## COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Aos três dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e um, às 9:00 horas, na sala de reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Orçamento, sendo que havendo número legal, o Senhor Presidente, Nelson Justus, declarou aberta a reunião. Da pauta - deliberação sobre os pareceres do Senhores Relatores, Erondy Silvério e Heinz Georg Herwig, aos Projetos de Lei nº 359/91 e 364/91, os quais foram aprovados por decisão da maioria dos membros desta Comissão. Nada mais havendo a ser deliberado, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião agradecendo a presença de todos. Assim sendo, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, secretária da Comissão.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

BETINA TREIGER GRUPENMACHER

Secretária

## COMISSÃO PERMANENTE DE FISCALIZAÇÃO

## 12.ª LEGISLATURA - 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

## ATA DA 2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e um, reuniu-se a Comissão Permanente de Fiscalização às 16:15 horas, na sala de Reuniões das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Duílio Genari e mais a presença dos seguintes Deputados, membros desta Comissão: Luiz Carlos Martins, Geraldo Cartário, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, José Alves e mais

a participação do Deputado Carlos Simões. Havendo número legal, o Senhor Presidente Deputado Duílio Genari declarou abertos os trabalhos. Após leitura sumária do expediente passou-se à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 89/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, relator Deputado Neivo Beraldin, que dispõe sobre a obrigatoriedade de registro de bens e valores próprios ao patrimônio dos que assumirem o cargo ou função de direção e assessoramento superior ou participarem de comissão de licitação na administração direta, indireta ou fundacional, no Estado do Paraná, conforme especifica. Aprovado com Emenda Modificativa. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e demais membros e, por mim Eliete de Paula Xavier Ziesemer, Secretária da Comissão.

(aa) DUÍLIO GENARI

Presidente

ELIETE DE PAULA XAVIER ZIESEMER

Secretária

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## 12.ª LEGISLATURA - 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

## ATA DA 14.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Deputado Colombino Grassano e com a presença dos seguintes Deputados: Emília Belinati, Rafael Greca de Macedo, Alceu Swarowski, Valdir Rossoni, Nelson Justus, Eurides Moura, Ovídio Constantino, Antônio Costenaro Neto. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a sessão, colocando a ata do dia três de setembro em discussão e votação - Aprovada. Passa-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 99/91 de autoria do Deputado Élio Rusch e outros. Parecer Favorável do Deputado José Afonso Júnior - APROVADO. 2) Projeto de Lei nº 124/91 de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer Favorável às Emendas - APROVADO. 3) Projeto de Lei nº 161/91 de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães e outros. Aprovado o parecer e a Emenda Modificativa. 4) Projeto de Lei nº 264/91 de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer favorável do Deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO. 5) Projeto de Lei nº 315/91 de autoria do Deputado Severino Félix Pessoa. Parecer favorável do Deputado Mário Bezerra - APROVADO. 6) Projeto de Lei nº 326/91 de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer favorável



do Deputado Alceu Swarowski - APROVADO. 7) Projeto de Lei n° 345/91 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Aprovado o parecer e a Emenda Supressiva do Deputado Ovídio Constantino. 8) Projeto de Lei n° 373/91 de autoria do Deputado Ernani Pudell e Deputado Rosinha. Parecer favorável do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO. 9) Projeto de Lei n° 378/91 de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano. Parecer favorável da Deputada Emília Belinati - APROVADO. 10) Projeto de Lei n° 383/91 de autoria da Deputada Emília Belinati. Parecer favorável do Deputado Mário Bezerra - APROVADO. 11) Projeto de Lei n° 384/91 de autoria do Deputado Colombino Grassano. Parecer favorável do Deputado Mário Bezerra - APROVADO. 12) Projeto de Lei n° 385/91 de autoria do Deputado Carlos Simões. Parecer favorável do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO. No item 2, Projeto de Lei n° 124/91, Luiz Carlos Martins é o relator e no item 3, Projeto de Lei 161/91 Rafael Greca de Macedo é o Deputado Relator. Nada mais havendo a tratar, o Deputado Presidente deu por encerrada a sessão marcando outra para terça-feira próxima. Laure-se a presente ata.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
José Renato Duarte - Secretário

## 12.ª LEGISLATURA - 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

### ATA DA 14.ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Colombino Grassano e com a presença dos seguintes Deputados: José Tavares, Mário Bezerra, Valdir Rossoni, Alceu Swarowski, Emília Belinati, Rafael Greca de Macedo, Luiz Carlos Martins, Antônio Costenaro Neto, Nelson Justus e Durval Amaral. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a sessão, passando-se à Ordem do Dia. 1) Projeto de Lei n° 17/91 de autoria do Deputado Djalma de Almeida Cesar. Parecer favorável do Deputado Durval Amaral. APROVADO. 2) Projeto de Lei n° 68/91 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Deferido. 3) Projeto de Lei n° 371/91 de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Deputado Rafael Greca de Macedo para proferir o parecer. 4) Projeto de Lei n° 381/91 de autoria do Deputado Albino Corazza e outros. Parecer favorável do Deputado Durval Amaral - APROVADO. 5) Projeto de Lei n° 389/91, de autoria do Deputado Heinz Herwig e outros. Parecer favorável do Deputado Alceu Swarowski - APROVADO. 6) Projeto de Lei n° 390/91 de autoria do Deputado Algaci Túlio. Parecer favorável da Deputada Emília Belinati -

APROVADO. 7) Projeto de Lei n° 395/91, de autoria do Deputado José Afonso Júnior. Deferido. 8) Projeto de Resolução n° 37/91 de autoria do Deputado Albino Corazza Neto, que dá nova redação ao artigo 1° da Resolução 14/90 que autoriza a realização do plebiscito para criação do município de Bragantina, conforme especifica. Parecer favorável do Deputado José Tavares - APROVADO. 9) Projeto de Resolução n° 53/91 de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado, que revoga a Resolução de n° 32 de 30.08.90 (município de Imbaú). Parecer favorável do Deputado Alceu Swarowski - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Deputado Presidente deu por encerrada a sessão alertando aos Srs. Deputados sobre a chegada de mensagem governamental, a qual será motivo de uma convocação para uma reunião extraordinária por parte desta Comissão.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
José Renato Duarte - Secretário

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## 12.ª LEGISLATURA - 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

### ATA DA 15.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Colombino Grassano e com a presença dos seguintes Deputados: Durval Amaral, José Tavares, Mário Bezerra, Emília Belinati, Nelson Justus, Alceu Swarowski, Plauto Miró Guimarães. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a sessão colocando a ata do dia dezoessete em discussão e votação. Aprovada. Passou-se a apreciar as mensagens governamentais, motivo desta reunião. 1) Projeto de Lei n° 410/91 oriundo do Poder Executivo. Parecer Favorável do Deputado Mário Bezerra. Aprovado. 2) Projeto de Lei n° 411/91, oriundo do Poder Executivo. Parecer Favorável do Deputado José Tavares - Aprovado. O Deputado Mário Bezerra pede que se apense o seu voto separado. 3) Projeto de Lei n° 371/91, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer Contrário do Deputado Rafael Greca de Macedo - Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão, determinando que se lavrasse a presente ata.

(aa) COLOMBINO GRASSANO  
Presidentte  
JOSÉ RENATO DUARTE  
Secretário

### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Aos quatorze dias do mês de agosto de mil

novecentos e noventa e um, na sala de reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Orçamento, presidida pelo Deputado Nelson Justus, comparecendo os seguintes Deputados: Nelson Justus, Heinz Georg Herwig, Plauto Miró Guimarães Filho e Albino Corazza Neto. Da pauta-deliberação sobre o parecer do Senhor Relator, Deputado Heinz Georg Herwig, ao Projeto de Lei nº 172/91, de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior. Nada mais havendo a ser deliberado, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos. Assim sendo, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo Senhor Presidente e demais Deputados presentes à reunião e por mim Betina Treiger Grupenmacher, secretária da Comissão.

Sala das Comissões, em 14.08.91.

(aa) HEINZ GEORG HERWIG

Presidente

BETINA TREIGER GRUPENMACHER

Secretária

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e um, na sala de reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Orçamento, presidida pelo Deputado Nelson Justus, comparecendo os seguintes Deputados: Nelson Justus, Heinz Georg Herwig, José Durval do Amaral e Albino Corazza Neto. Da pauta - deliberação sobre os pareceres dos Senhores Relatores Heinz Georg Herwig e Albino Corazza Neto, aos Projetos de Lei nºs 360/91 e 358/91, os quais foram aprovados por decisão da maioria dos membros desta Comissão. Nada mais havendo a ser deliberado, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião agradecendo a presença de todos. Assim sendo, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo Senhor Presidente e demais Deputados presentes à reunião, e por mim Betina Treiger Grupenmacher, Secretária da Comissão.

Sala das Comissões, em 29.08.91.

(aa) HEINZ HERWIG

Presidente

BETINA TREIGER GRUPENMACHER

Secretária